



Anais da Assembléia

Nº 92

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 17 DE AGOSTO DE 1978.

ANO IV

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 84ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 1978

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Ernesto Gnoato e Manoel Gaona.

Às 10,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Dácio Leonel, Basílio Zanusso, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Manoel Gaona, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Renato Bernardi, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, requer Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 81/78, que concede segunda chamada de exames ou avaliações a alunos de estabelecimentos da rede estadual de ensino.

Sala das Sessões, em 17 de agosto de 1978.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, requer Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 106/78, que doa ao Município de Rio Azul um próprio estadual.

Sala das Sessões, em 17 de agosto de 1978.

(a) LUIZ ROBERTO SOARES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, a inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido hoje nesta Capital, do Sr. JOSÉ SIQUEIRA DE AZEVEDO.

Requer outrossim, que se dê ciência desta decisão à família enlutada.

Sala das Sessões, em 17 de agosto de 1978.

(a) DENI SCHWARTZ

JUSTIFICATIVA:

O Sr. José Siqueira de Azevedo, se constituía, no Sudoeste do Paraná, como destacado pioneiro, de coragem invulgar e espírito de iniciativa, tendo desbravado matas e implantado povoados que hoje orgulham aquela região.

É este um motivo suficiente para que o Poder Legislativo tribute homenagem ao extinto.

REQUERIMENTO

Senhor Presidenterite.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado à Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, ofício consubstanciado em sugestão no sentido de ser determinada com urgência à Secretaria de Estado da Educação e Cultura, estudos visando a criação de uma Faculdade de Agronomia na cidade de Nova Esperança.

A instalação de uma Faculdade de Agronomia naquele município, virá proporcionar enorme benefício a toda região de característica tipicamente agrícola e pecuária, contam atualmente com uma população estimada em mais de 75.000 habitantes.

De acordo com a política nacional de educação, visando a fixação do homem do campo, a criação de uma Faculdade de Agronomia no interior, vem de encontro aos anseios dos agricultores e pecuaristas, que terão ao seu dispor centros educacionais e de pesquisas "in loco", evitando assim maiores preocupações e conseqüentemente melhor tecnologia, em prol do aumento da produção. A educação voltada para os interesses do povo, é um investimento dos mais proveitosos e que, a curto e médio prazo, enormes benefícios trará ao próprio Estado.

Com esta sugestão, estamos contribuindo com o Poder Público, visando atender aos reclamos dos mais justos daquela briosa população do interior do nosso Estado, principalmente da progressista região que integra o Município de Nova Esperança.

Sala das Sessões, em 17 de agosto de 1978.

(a) MANOEL GAONA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício à Presidência do Banco do Brasil, consubstanciado em apelo, no sentido de ser determinada a instalação de uma agência daquele estabelecimento bancário, na sede do Município de Alto Paraná.

Tal apelo se faz em razão do crescente progresso que vem apresentando aquele município paranaense, surgindo como um polo central naquela região, integrada por vários municípios, grandes produtores de cereais, que muito tem contribuído para os cofres públicos.

O desenvolvimento daquela comuna deve merecer as atenções dos órgãos públicos, a fim de que esse desenvolvimento receba o sustentáculo e o apoio para não sofrer reveses. Sem dúvida alguma, a instalação de uma agência do Banco do Brasil virá ao encontro dos anseios daquela população e em conseqüência em benefício do próprio Banco oficial da Nação.

Sala das Sessões, em 17 de agosto de 1978.

(a) MANOEL GAONA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subcreve, requer após ouvido o Plenário, a remessa de expediente ao Sr. EMÍLIO CALAZANS, Presidente do Instituto Brasileiro do Café, solicitando providências imediatas para que o Núcleo do IBC de Loanda, contrate carregadores e ensacadores, e reorganize a sua estrutura administrativa, possibilitando àquele armazém, a velocidade de trabalho necessária para atender o descarregamento e armazenamento das cargas de CAFÉ para lá destinadas.

Sala das Sessões, em 17 de agosto de 1978.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

Se já não bastasse a retrocessiva política do IBC, mais a nociva política econômica-financeira do Governo Federal, aviltando, empobrecendo e desestimulando o produtor e o comerciante de café; o Núcleo do IBC de Loanda está omissa e irresponsável, pois está permitindo que as imensas filas de caminhões, que aguardam o instante de descarregar as suas cargas de café, cresçam sempre mais. O IBC de Loanda é realmente um gigante com braços de anão, apesar do tamanho que tem, com o pessoal que dispõe **não chega a descarregar e armazenar a carga de café dez (10) caminhões por dia**. Cresce a revolta entre os produtores e maquinistas de café, pois estão sentindo que falta ao IBC de Loanda apenas um pouco de boa vontade, responsabilidade e respeito. Enquanto isso, os **Sindicatos dos Carregadores e Ensacadores** têm para atendimento imediato, mão de obra especializada para solucionar o grave problema, basta que o Instituto Brasileiro do Café ATUE COMO DEVE.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 128/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA SANTA CRUZ", com sede e foro na cidade de Ponta Grossa.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de agosto de 1978.

(a) JURANDIR MESSIAS

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando relevantes serviços junto à comunidade de Ponta Grossa, no setor da assistência social e filantropia, conforme os preceitos estatutários.

A documentação que anexamos ao presente, comprova o preenchimento das exigências legais previstas pela legislação que regulamenta o instituto da utilidade pública em nosso Estado.

Com isso, esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Está finda a leitura do Expediente.

Não há oradores inscritos para o Pequeno Expediente, nem para o Grande Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado**. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 106/77, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 88/77, que objetiva estabelecer normas sobre o combate à Febre Aftosa no Estado. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.A.I.C., por unanimidade. — **Aprovado**.

PROJETO DE LEI Nº 106/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O Combate à Febre Aftosa é obrigatório em todo o território estadual, e far-se-á nos termos desta lei.

Art. 2.º — A incumbência das atividades de que trata o artigo anterior, é da Secretaria de Estado da Agricultura, através de setores especializados.

Art. 3.º — O Combate e/ou controle da Febre Aftosa, estender-se-á a todas as espécies animais suscetíveis de contaminação no território estadual.

Art. 4.º — Os proprietários ou todos aqueles que, a qualquer título, tiverem animais em seu poder, são obrigados a efetuar as vacinações regulamentares, bem como colaborar no levantamento do seu rebanho e executar os serviços de campo, necessários ao Combate à Febre Aftosa.

§ 1.º — A pedido dos proprietários ou possuidores de bovinos, a Secretaria de Estado da Agricultura, poderá efetivar as vacinações ou outras atividades de campo que lhes competem, atinentes a esta lei.

§ 2.º — Da mesma forma, no caso do proprietário ou detentor de animais sensíveis à Febre Aftosa, negar-se à execução dos trabalhos de que trata este artigo, a Secretaria executá-los-á.

§ 3.º — Em qualquer dos casos estampados nos parágrafos anteriores, a Secretaria será ressarcida pelos trabalhos prestados, devendo o produto correspondente, constituir receita do Fundo de Equipamento Agro-Pecuário, conforme o disposto no art. 2.º da Lei nº 823, de 30 de novembro de 1951.

Art. 5.º — O proprietário, transportador ou depositário de animais contamináveis, fica obrigado a notificar a existência de foco de Febre Aftosa, ao Serviço de Defesa Sanitária Animal da SEAG.

Art. 6.º — Quando constatada a existência da enfermidade, a Secretaria da Agricultura poderá interditar a área de sua ocorrência pública ou privada, proibindo o trânsito de animais de qualquer espécie, bem como tomar outras providências que entenda necessárias.

Art. 7.º — O proprietário ou detentor de animais que se nega a cumprir o disposto no art. 4.º desta lei, terá seu estabelecimento interditado, sem prejuízo da aplicação das multas cabíveis.

Art. 8.º — Todo aquele que, de qualquer forma, ainda que por omissão, impedir ou dificultar os trabalhos de Combate à Febre Aftosa, e/ou concorrer para a sua disseminação, fica sujeito à multa de 3 (três) vezes o maior valor de referência vigente no Estado.

§ 1.º — Nos casos de transporte, por qualquer meio ou via, de animais não vacinados e/ou contaminados, será aplicado ao proprietário, multa de 20 por cento do maior valor de referência vigente no Estado, sobre cada animal transportado.

§ 2.º — A multa estatuida no parágrafo anterior, será aplicada ao vendedor se, da alienação, não tenham decorridos mais de 3 (três) dias.

§ 3.º — Nenhuma multa será inferior a 50 por cento do maior valor de referência vigente no Estado.

Art. 9.º — Todo o proprietário ou responsável legal por frigoríficos e abatedouros em geral, fica sujeito à multa de duas a cinco vezes o maior valor de referência vigente no Estado por animal adquirido e/ou abatido sem o respectivo atestado de vacina.

Art. 10 — Quando houver multa não recolhida espontaneamente, o proprietário infrator será inscrito na Dívida Ativa do Estado, para execução obrigatória pelo órgão e na forma da

lei específica.

Parágrafo único — Mediante solicitação da Secretaria da Agricultura, a Secretaria das Finanças efetuará a inscrição de que trata este artigo e levará aos procedimentos executórios.

Art. 11 — Os autos de infração à presente lei serão lavrados por servidores públicos credenciados pela Secretaria da Agricultura.

Art. 12 — Fica o Poder Executivo autorizado a instituir outras campanhas semelhantes, que visem aprimorar e/ou assegurar as atividades de sanidade animal.

Parágrafo único — Para efeito do presente artigo, o Poder Executivo baixará normas próprias, aplicando-se no que couber, as disposições desta lei, bem como os demais preceitos legais vigentes, que incidam sobre a matéria.

Art. 13 — Dentro de 60 (sessenta) dias, o Poder Executivo expedirá o regulamento necessário à execução desta lei.

Parágrafo único — O Regulamento de que trata este artigo, definirá, inclusive, os procedimentos para autuação, bem como as competências e prazos para defesa, julgamento e recursos.

Art. 14 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 02 de agosto de 1977.

(a) Poder Executivo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 106/77

O presente Projeto de Lei nº 106/77, oriundo da Mensagem Governamental nº 88/77, tem por finalidade estabelecer normas sobre o combate à Febre Aftosa no Estado do Paraná.

Justificando a Proposição, o Senhor Governador do Estado, encaminha, juntamente com o anteprojeto de lei, cópia da detalhada exposição de motivos do Senhor Secretário de Estado da Agricultura, na qual são apresentadas as razões do estabelecimento das normas propostas, visando tornar exeqüível e eficaz a já estabelecida Campanha Contra a Febre Aftosa, que mantém o Estado do Paraná, através de Convênio com o Ministério da Agricultura.

Sob o aspecto constitucional e legal, a matéria está em condições de ser apreciada por esta Casa.

Quanto a sua oportunidade, temos que o projeto de lei ora proposto, estabelece normas que vêm ao encontro dos interesses do Estado, em detrimento da defesa sanitária animal.

Nestas condições, o nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05 de dezembro de 1977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Waldenício Barbalho, Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS.

Parecer ao Projeto de Lei nº 106/77

Originário da Mensagem Governamental nº 88/77, o presente Projeto de Lei nº 106/77, visa estabelecer normas de combate à Febre Aftosa no Estado do Paraná.

Sobre a matéria, analisando o seu aspecto constitucional, houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças, restrita à análise do aspecto financeiro da matéria, temos que nada há que impeça a aprovação por esta Casa, razão pela qual opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de abril de 1978.

(aa) Erondy Silvério, Presidente; Gabriel Sampaio, Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Parecer ao Projeto de Lei nº 106/77

Tem por finalidade o presente Projeto de Lei nº 106/77, oriundo de Mensagem Governamental, estabelecer normas sobre o Combate à Febre Aftosa em nosso Estado.

Analisando-se o plano de lei, deparamos que é das mais oportunas a sua aplicação em nosso Estado, objetivando estabelecer no Paraná uma Campanha de Combate à Febre Aftosa, que efetivamente elimine esse mal tão danoso à nossa pecuária e com reflexos desastrosos à nossa economia.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23 de junho de 1978.

(aa) Lázaro Dumont, Presidente; Luiz Alberto Oliveira, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 24/78, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Terra Rica, imóveis de propriedade do Estado, conforme especifica. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T.I.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 24/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

I — área de terras medindo 900 metros quadrados dentro da quadra que seria a de nº 182 (cento e oitenta e dois), constando da planta do loteamento da cidade de Terra Rica com as seguintes divisas e confrontações: 30 m de frente pela rua Maranhão; 30 m de fundos; 30 m de lado para com o remanescente da mesma quadra e 30 m de outro lado para a rua Marechal Deodoro, na qual se encontra construído prédio com fachada de alvenaria e fundos de madeira, numa área construída de 120 m² transcrição no Registro de Imóveis da Comarca de Paranavaí sob o nº 19.650 - livro 3-R, de 28/06/67.

Registro de Imóveis da Comarca de Paranavaí, sob o nº 19650 livro 3-R, de 28/06/67.

II — área de terreno urbano medindo 600 m², constituída por parte das datas sob os nºs 5 e 6 da quadra 182, da planta do loteamento da cidade de Terra Rica, com as seguintes divisas e confrontações: partindo-se de um marco de madeira de lei que foi cravado na esquina da Avenida Euclides da Cunha com a Rua Pará, segue-se confrontando com esta última, à distância de 30 m, até um marco situado na confrontação com as datas nºs 5 e 4, segue-se defletindo-se noventa graus à direita, confrontando-se com esta última à distância de 20 m, até um marco cravado na confrontação da data nº 4 e do remanescente da data nº 5; segue-se defletindo-se noventa graus à direita, confrontando com esta última e o remanescente da data nº 6, distância de 30 m, até um marco cravado na confrontação com o remanescente da data nº 6 e a Avenida Euclides da Cunha, segue-se defletindo noventa graus à direita confrontando com esta à distância de 20 m até o marco inicial desta medição, transcrição no Registro de Imóveis da Comarca de Terra Rica sob o nº 2.392, - livro 3-B de 28 de junho de 1974.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1978.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

Os imóveis que se pretende com o presente plano de lei sejam revertidos ao Município de Terra Rica, são imóveis onde funcionam o edifício do Fórum e a Cadeia Pública da cidade.

Atualmente, tais imóveis se encontram em vias de serem desocupados por força de doação de novos imóveis do Município para o Estado, onde serão construídos através de convênios já assinados, novos prédios com as mesmas finalidades e mais condizentes com as reais necessidades da cidade.

As leis já aprovadas e sancionadas de nºs 22/77 e 23/77, que anexamos ao presente, dão conta da efetiva doação dos novos imóveis, ficando assim, de plena justiça que o Estado faça retornar ao Município os citados imóveis.

Com isso, esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 24/78

De autoria do nobre Deputado Basílio Zanusso, tem por objetivo o presente projeto de lei doar ao Município de Terra Rica, os imóveis aqui especificados.

Pela justificativa, verifica-se que trata-se de uma reversão àquela comuna municipal dos referidos imóveis, nos quais hoje funcionam o edifício do Forum e a Cadeia Pública daquela cidade. Justifica-se plenamente tal reversão, tendo em vista uma doação de novos imóveis por parte do município para o Estado, onde serão construídos prédios destinados às mesmas finalidades e mais condizentes com o progresso e as necessidades daquela cidade.

Impedimentos de ordem constitucional e legal, que porventura venham obstar a tramitação normal deste plano de lei por esta Casa, não existem.

Nestas condições, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 06 de abril de 1978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Dácio Leonel, Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei nº 24/78

O presente Projeto de Lei nº 24/78, de autoria do nobre Deputado Basílio Zanusso, tem por finalidade doar ao Município de Terra Rica, os imóveis que especifica, de propriedade do Estado.

Sobre a matéria, analisando a constitucionalidade e a legalidade, houve o pronunciamento favorável da douda Comissão de Constituição e Justiça.

Quanto ao exame da proposição por parte desta Comissão de Finanças, restrita ao aspecto financeiro, temos que nada há que possa impedir a sua aprovação por esta Casa.

Nestas condições, opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25 de abril de 1978.

(aa) Erondy Silvério, Presidente; Gabriel Manoel, Relator

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Parecer ao Projeto de Lei nº 24/78

O Projeto de Lei nº 24/78, de autoria do nobre Deputado Basílio Zanusso, tem por finalidade autorizar a doação de imóvel de propriedade do Estado ao Município de Terra Rica, conforme especifica.

Sobre a matéria, houve o pronunciamento favorável das doudas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Analisando-se a proposição, no âmbito desta Comissão de Terras, temos que, de acordo com a justificativa apresentada, o seu mérito é indiscutível e de plena justiça a sua finalidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19 de junho de 1978.

(aa) Egon Pudell, Presidente; Jayme Rodrigues Carvalho, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 60/78, de autoria do Deputado José Domingos Scarpelini, que declara de utilidade pública o "Lions Clube de Curitiba - Marumbi", com sede e foro nesta Capital. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 60/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o "LIONS

CLUBE DE CURITIBA — MARUMBI", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1978.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços junto a comunidade de nossa Capital, de acordo com as normas estatutárias.

O relatório da Secretaria do Clube, que ora anexamos ao presente, melhor especifica as inúmeras prestações de serviços públicos que são executadas pelo mesmo.

A documentação que incorpora o presente processo, comprova o preenchimento dos requisitos legais essenciais, previstos pela legislação estadual, reguladora do instituto de utilidade pública.

Com isso, apresentamos o presente plano de lei que esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 60/78

De autoria do nobre Deputado José Domingos Scarpelini, o presente Projeto de Lei nº 60/78 tem por finalidade declarar de utilidade pública o "Lions Clube de Curitiba - Marumbi"

Analisando-se o processo, através da justificativa que o acompanha, e a documentação nele inserida, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais previstos pela Lei 6994, de 10/01/78, reguladora do instituto da utilidade pública em nosso Estado.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Fabiano Braga Côrtes, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 74/78, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 26/78, que objetiva dar nova redação ao item I, do artigo 8.º da Lei nº 6508, de 13/12/73, que dispõe sobre férias do Pessoal Suplementar. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 74/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — O item I do art. 8.º, da Lei nº 6.508, de 13 de dezembro de 1973, passa a ter a seguinte redação:

"I -- 30 (trinta) dias consecutivos de férias depois de cada ano de efetivo exercício".

Art. 2.º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 02 de março de 1978.

(a) Poder Executivo.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Parecer ao Projeto de Lei nº 74/78

Oriundo de Mensagem Governamental, o presente Projeto de Lei nº 74/78, tem por finalidade dar nova redação ao item I do art. 8.º da Lei nº 6.508, de 13/12/73, que dispõe sobre as férias do Pessoal Suplementar.

Analisando a matéria sob o aspecto constitucional e legal, houve o pronunciamento favorável da douda Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Recursos Humanos, chamada a opinar sobre o mérito da proposição, temos que, de acordo com a detalhada exposição de motivos encaminhada pelo Sr. Secretário de Estado dos Recursos Humanos, através do Of.

n.º 069/78-GM de 10/01/78, fotocópia anexa ao processo, a medida visa adequar a legislação referente ao Pessoal Suplementar, no que diz respeito ao instituto de férias, às normas vigentes estabelecidas pela Lei Federal, ou seja a Consolidação das Leis do Trabalho, que recentemente alterou o período para a sua concessão.

Sendo das mais justas e meritórias a proposição, opinamos favoravelmente à mesma.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22 de junho de 1978.

(aa) Wilson Fortes, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 106/78, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que estabelece sede temporária da Assembléia Legislativa, no Auditório do Colégio Estadual do Paraná, no dia 1/09/78, e dá outras providências. —

Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 106/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Será sede temporária da Assembléia Legislativa, no dia 1.º de setembro de 1978, o Auditório do Colégio Estadual do Paraná, lá se realizando a sessão pública em que o Colégio Eleitoral previsto nos Decretos-Leis n.ºs 1.540 e 1543, ambos de 14 de abril de 1977, elegerá Governador, Vice-Governador, um Senador e respectivos suplentes.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de agosto de 1978.

(a) IVO THOMAZONI

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 82/78. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex, consubstanciado em voto de aplauso e apoio à iniciativa do Sr. Ministro da Fazenda, no sentido de que seja expressa em lei a isenção, através de proposição presidencial ao Congresso Nacional, do Imposto de Renda, para os antigos servidores públicos e trabalhadores em geral, já afastados da atividade, inclusive aos pensionistas. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Joaquim Gonçalves de Oliveira. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Margarida Neves, ocorrido na cidade de Guairacá. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Manoel Gaona, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de ofício ao Sr. Diretor do INPS, no Paraná, em forma de apelo, no sentido de determinar a credenciação de médicos na cidade de Paranacity e Cruzeiro do Sul. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de ofício ao Sr. Presidente da TELEPAR, no sentido de que seja instalado um telefone público na rua Afonso Lipinski, na Vila Camponesa, nesta Capital. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da SANEPAR, encarecendo a extensão da rede de água às ruas números 3 e 4 do Jardim Serrador, no ponto final do ônibus Vila Montana, nesta Capital. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio

de expediente ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário dos Transportes, em forma de apelo, no sentido de que seja iniciada a construção da estrada Vera Cruz - Santa Helena. —

Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulín, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Educação e Cultura, no sentido de que determinem a construção de um novo prédio no Colégio Leônício Correia. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulín, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que determine a reconstrução ou recuperação da ponte que liga os bairros do Atuba, Bairro Alto à Avenida Graciosa. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista Colbert Malheiros. —

Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, em forma de apelo no sentido de que seja incluída no Plano Estadual de Asfaltamento, a Estrada Ibema - Santo Antônio, trecho que liga Três Barras a Catanduvas. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Manoel Gaona, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor do INPS no Paraná, no sentido de determinar a credenciação de médicos e dentistas por aquele Instituto, na cidade de Nova Esperança. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado à Secretaria dos Transportes, no sentido de que seja incluída no Plano Estadual de Asfaltamento a estrada que liga o Município de Santa Amélia ao Município de Santa Mariana. —

Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que seja incluída no Plano Estadual de Asfaltamento a estrada que liga o Município de Santa Mariana ao Distrito XV, naquele município. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulín, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado, Secretário de Educação e Cultura e Diretor Superintendente da FUNDEPAR, no sentido de que seja determinada a construção de uma escola no loteamento Jardim das Flores, em Roça Grande, Município de Colombo. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Presidência do Banco do Estado, em forma de apelo, no sentido de determinar a instalação de uma agência no Distrito de Ibema, Município de Catanduvas. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Honorato Tureta, ocorrido em Londrina. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 81/78. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que se digne determinar à Secretaria dos Transportes, a construção de pontes na estrada que liga as localidades de Cafelândia, no Município de Cascavel à Penha, no Município de Corbélia. —

Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Du-

mont, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a construção de uma quadra de esportes, no Distrito de São Manoel, Município de Indianópolis. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei n.º 82/78. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Manoel Gaona, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de ser determinado ao órgão competente do Estado, a destinação de um micro-ônibus para o atendimento dos estudantes da cidade de São Carlos do Ivaí. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 99/78. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que seja melhorada as condições de tráfego, bem como seja incluído no Plano Estadual de Asfaltamento, a estrada que liga Cafelândia - Penha, Município de Corbélia. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Siqueira de Azevedo. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 81/78. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 106/78. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Manoel Gaona, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, consubstanciado em pedido de informações sobre de quem é a responsabilidade da estrada Inglesa, no trecho de Nova Esperança ao Rio Pirapó. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministro da Fazenda e Agricultura, encarecendo seja estudado a possibilidade de prorrogar o prazo de vigência da Circular n.º 366, do Banco Central do Brasil, endereçada às Instituições Financeiras do Sistema Nacional de Crédito Rural. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, das moções apresentadas e aprovadas por unanimidade no 1.º Encontro de Vereadores do Sudoeste, realizado no dia 20 de julho p.passado, na cidade de Coronel Vivida. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Presidência do Banco do Estado do Paraná, no sentido de determinar a instalação de uma agência do referido estabelecimento de crédito na sede do Distrito de Anahy, Município de Corbélia. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Manoel Gaona, constante do expediente, solicitando seja oficiado à Presidência do Banco do Brasil, em forma de apelo no sentido de ser determinada a instalação de uma agência do referido estabelecimento bancário, na sede do Município de Alto Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Manoel Gaona, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em sugestão no sentido de ser determinada à Secretaria da Educação e Cultura, estudos visando a criação de uma Faculdade de Agro-

nomia na cidade de Nova Esperança. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Instituto Brasileiro do Café, encarecendo providências para que o Núcleo do IBC de Loanda, contrate carregadores e ensacadores e reorganize a sua estrutura administrativa. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que determine a abertura e reativação do trecho entre o Distrito de Diamante até o Município de Palmital. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Segurança, consubstanciado em apelo, no sentido de que se proceda ao reaparelhamento humano e material da Delegacia de Polícia de Arapongas, dotando-a de condições de exercer o efetivo combate ao crime. **Aprovado.**

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Para questão de ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, solicito verificação de votação com relação a esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência defere. Em votação o requerimento do Sr. Deputado Muggiati Filho.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se. (Pausa). Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

9 Srs. Deputados aprovam; nenhum rejeita.

Não há "quorum" para deliberação e nem para prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para o próximo dia 22, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO — 1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 35/78.

DISCUSSÃO ÚNICA — das Proposições n.ºs 188, 189 e 192/78.

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 36, 42, 48, 49 e 63/78.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 106/77, 24, 60 e 74/78, e de Resolução n.º 106/78.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 82 e 121/78.

Levanta-se a Sessão.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 404/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7518, de 07 de agosto de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

aposentar, a pedido, nos termos do Art. 138, § 1.º, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, MARIA ALBA MENDES SILVA GASTÃO BARBOSA XAVIER, matrícula n.º 490, ocupante do cargo isolado de provimento efetivo, de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos de Cr\$ 31.634,44 (trinta e um mil, seiscentos e trinta e quatro cruzeiros e quarenta e quatro centavos, mensais e integrais, incluídos neste total três triênios incorporados, de acordo com o Art. 4º, § 1º, da Resolução n.º 2/64, cinco quinquênios incorporados, de acordo com o Art. 170, da citada Lei n.º 6174, um (01) adicional de acordo com o Art. 171, da mesma Lei, Função Gratificada Símbolo 2-F, de acordo com o Art. 140, inciso III, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, Gratificação de Produ-

tividade de acordo com o Art. 1.º, da Lei n.º 6641, de 04 de dezembro de 1974, Gratificação na base de cinquenta por cento (50%) sobre seus vencimentos, de acordo com a Lei n.º 6794, de 08 de junho de 1976.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 08 de agosto de 1978

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

— Republiado por haver sido publicado com incorreções.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 413/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7235, de 1.º de agosto de 1978, deste Poder,

R E S O L V E:

exonerar, a pedido, ROSI MARIA ALBINI MACHADO, ocupante do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado Wilson Fortes.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de agosto de 1978.

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 414/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7235, de 1.º de agosto de 1978, deste Poder,

R E S O L V E:

prover em Comissão, MARLY MIRANDA ZAMPIER, no cargo de símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado Wilson Fortes.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de agosto de 1978

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 415/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7807, de 11 de agosto de 1978, deste Poder,

R E S O L V E:

aposentar, a pedido, nos termos do inciso I, do Art. 140, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, ELZA CARNEIRO CAMARGO, matrícula n.º 448, ocupante do cargo isolado de provimento efetivo, de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos de Cr\$ 41.440,39 (quarenta e um mil, quatrocentos e quarenta cruzeiros e trinta e nove centavos) mensais e integrais, incluídos neste total, cinco triênios incorporados, de acordo com o Art. 4.º, § 1.º, da Resolução n.º 2/64, cinco quinquênios incorporados, de acordo com o Art. 170, da citada Lei n.º 6174; cinco adicionais de acordo com o Art. 171, da mesma Lei; Função Gratificada símbolo 1-F, de acordo com o Art. 140, inciso III, da Lei n.º 6174, já mencionada; Gratificação de Produtividade de acordo com o Art. 1.º da Lei n.º 6641, de 04 de dezembro de 1974; Gratificação na base de cinquenta por cento (50%) sobre seus vencimentos, de acordo com a Lei n.º 6794, de 08 de junho de 1976.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de agosto de 1978.

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 416/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribui-

ções e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7669, de 08 de agosto de 1978, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de CLÉA CARNEIRO TEIXEIRA, matrícula n.º 261, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1977, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de agosto de 1978

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 417/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1634, de 07 de março de 1978, deste Poder,

R E S O L V E:

designar, ISMAR DELAGASSA PASSOS, matrícula n.º 262, ocupante do cargo de nível PL"29", da Série de Contador, do Grupo Ocupacional de Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Consultor Legislativo, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, a partir de 21 de dezembro de 1977.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de agosto de 1978.

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 418/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7825, de 11 de agosto de 1978, deste Poder,

R E S O L V E:

aposentar, a pedido, nos termos do Art. 138, § 1.º, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, TEREZINHA BARBOSA DE MOURA E CLARO, matrícula n.º 135, ocupante do cargo isolado, de provimento efetivo, de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos de Cr\$ 31.811,44 (trinta e um mil, oitocentos e onze cruzeiros e quarenta e quatro centavos) mensais e integrais, incluídos neste total um triênio incorporados, de acordo com o Art. 4.º, § 1.º, da Resolução n.º 2/64; cinco quinquênios, incorporados, de acordo com o parágrafo único, do Art. 170, da citada Lei n.º 6174; três adicionais de acordo com o Art. 171, §§ 1.º e 2.º, da mesma Lei; Gratificação de Produtividade de acordo com o Art. 1.º, da Lei n.º 6641, de 4 de dezembro de 1974; Gratificação por serviço extraordinário na base de 50% (cinquenta por cento) sobre seus vencimentos, de acordo com a Lei n.º 6794, de 8 de junho de 1976 e Função Gratificada símbolo 1-F, de acordo com o Art. 140, inciso III, da já mencionada Lei n.º 6174.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de agosto de 1978.

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 419/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7088, de 25 de julho de 1978, deste Poder,

R E S O L V E:

designar, o funcionário SEVERO OLÍMPIO SOTTO MAIOR, matrícula n.º 434, ocupante do cargo de nível PL"27", da Série de Classes de Contador, do Grupo Ocupacional de Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da 3.ª Secretaria enquanto perdurar o afastamento do titular.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de agosto de 1978.

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 420/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6328, de 29 de junho de 1978, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder, à funcionária BRÍGIDA LOBO KOLAROVICS, matrícula n.º 556, ocupante do cargo de nível PL"18", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 1.º de agosto de 1978, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%) de acordo com o Art. 170, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de agosto de 1978.

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 421/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

prover, MARIA JOSÉ TÁVORA GIL BELEM, matrícula n.º 250, ocupante do cargo de nível PL"27", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 2.º, da Resolução n.º 129/78, de 08 de junho de 1978, no cargo de Secretário de Comissão, da parte permanente do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de agosto de 1978.

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 422/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado

sob o n.º 6980, de 20 de julho de 1978, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de THEREZINHA FORMIGHIERI SIMÕES, matrícula n.º 089, ocupante do cargo de nível PL"28", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1977, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de agosto de 1978.

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 423/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

prover, DELTA DE ALMEIDA CARDOSO, matrícula n.º 239, ocupante do cargo de nível PL"27", da Série de Classes de Economista, do Grupo Ocupacional de Economia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 2.º, da Resolução n.º 129/78, de 08 de junho de 1978, no cargo de Secretário de Comissão, da parte permanente do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de agosto de 1978

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 424/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7019, de 24 de julho de 1978, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de NILVA MARIA MORO, matrícula n.º 497, ocupante do cargo de nível PL"22", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1976 e 1977, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de agosto de 1978.

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário